

Reforma Tributária: por que o setor que mais emprega será penalizado?

» JOSÉ CÉSAR DA COSTA*

Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)

A promulgação da Emenda Constitucional 132, em dezembro de 2023, foi um passo histórico para a construção de um novo modelo tributário no país. A primeira reforma ampla do sistema de tributação realizada sob nossa Constituição levou mais de 30 anos e ainda passará por um longo e necessário caminho de construção nos próximos meses. Os parlamentares se debruçaram sobre as propostas de projetos de lei complementar que regulamentarão vários pontos da emenda constitucional. Ou seja, foi dada a largada em busca de apoio, soluções e melhorias para cada um dos setores da economia.

Para o setor de comércio e serviços, existem alguns pontos de atenção que estão sendo discutidos com os parlamentares e que carecem de melhorias para atender este que é o maior gerador de emprego e renda do país. Um deles diz respeito às alíquotas. Hoje, uma empresa do setor de serviços, por exemplo, paga entre 2,65% e 8,65%. Dentro da Reforma Tributária, as alíquotas passarão para 27% a 33%, sem créditos a compensar. Nessa nova realidade, haverá aumento em relação, principalmente, ao setor da indústria. É fundamental que se construa agora uma compensação ao setor para que se diminua o impacto do aumento.

Cabe, também, sem sombra de dúvidas, maior simplificação do sistema de tributação. Chama atenção ainda a inserção, no texto constitucional, de uma “trava”, ou seja, uma previsão para possível redução do valor das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) em 2030 e 2035, caso ocorra aumento de arrecadação. Sem uma compensação, a mudança trará consequências graves para os setores de comércio e serviços.

Outra preocupação é em relação ao Simples Nacional, em especial às micro e pequenas empresas. A empresa que está no Simples pode continuar a pagar a guia como hoje, sem qualquer mudança. No entanto, pelo texto da reforma, as micro e pequenas empresas também poderão excluir o IBS e CBS da cesta de impostos pagos no Simples. O recolhimento em separado será opcional e permitirá que elas acumulem créditos tributários.

Tirar os impostos do Simples pode ser vantajoso para algumas empresas. No entanto, para outras, poderá ocasionar mais obrigações acessórias e reduzir a competitividade do regime. Assim, a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), que participa dos debates dos grupos de trabalho, criados pelas frentes parlamentares de diversos setores produtivos no Congresso Nacional sobre a regulamentação da Reforma Tributária, defende a criação de crédito presumido para a CBS, que substituirá o PIS e Cofins, para



as empresas dentro do Simples que estão no meio da cadeia produtiva.

É fato que o setor pode sofrer novamente um aumento da carga tributária. E o que mais chama a atenção é a falta de estudos e análises dos impactos econômicos dos aumentos de alíquotas no setor de comércio e serviços. Existe um grande desafio por parte do governo em atender às expectativas de diversos setores, que esperam simplificação e carga tributária mais competitiva, mas, ao mesmo tempo, o Estado busca aumento das fontes de arrecadação. Nessa queda de braço, lembramos que, ao aumentar a carga tributária do setor responsável por 70% do PIB do país, diminuirá, sem sombra de dúvidas, a nossa competitividade. O país necessita de uma reforma ampla, mas que ela esteja casada com uma Reforma Administrativa que diminua o peso da máquina pública e garanta o uso racional dos impostos. Essa é urgente e necessária para aumentar a eficiência dos serviços públicos.

O governo federal tem se empenhado em adotar medidas para a boa gestão dos recursos do país e alcançar o equilíbrio fiscal. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante a

necessidade de termos ajustes nas contas públicas e uma boa aplicação dos recursos arrecadados, mas que isso não passe por mais aumentos de carga tributária para o setor produtivo. Sem saber até onde vai chegar o ímpeto arrecadatório do governo, as empresas não se sentem seguras para investir. Essas são metas fundamentais para a atração de investimentos e o crescimento sustentável do Brasil.

O caminho para termos uma reforma que reduza a complexidade do sistema tributário foi aberto, mas não há mais espaço para aumento de carga tributária. Mesmo que os efeitos sejam sentidos a longo prazo, com retorno aos serviços essenciais da população como um todo, não restam dúvidas de que as empresas de comércio e serviços precisam de uma atenção neste momento. O setor não suportaria um aumento de alíquotas.

Cabe, agora, ao Congresso Nacional diminuir as lacunas que ficaram para termos efetivamente uma reforma que possibilite ao país um sistema moderno, mais racional, desburocratizado e que respeite as realidades setoriais e regionais.

Impacto da polarização nas candidaturas femininas em 2024

» CRISTIANE BRITTO

Advogada eleitoral e ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Nas eleições de 2020, foram eleitas 9.196 vereadoras e 48.265 vereadores. No Executivo municipal, segundo dados do TSE, foram eleitas 663 prefeitas. Houve um aumento em relação a 2016: 16% do total de eleitos no caso das vereadoras e 4,4% em relação às prefeitas. O crescimento também ocorreu no número de candidaturas femininas. Em 2020, tivemos um recorde de candidatas disputando prefeituras e câmaras municipais.

Diante do discreto avanço, é fato que a representatividade feminina destoa do tamanho do eleitorado. Basta observarmos que, das 663 prefeitas, apenas nove administram cidades de grande porte e somente uma foi eleita para capital. Nas Câmaras Municipais, em mais de 1.800 cidades, apenas uma foi eleita vereadora e, em 933 delas, não existe nenhuma mulher. É incontestável a necessidade de avanços para promover uma representação equitativa e inclusiva de mulheres na política, sendo que, nas eleições deste ano, teremos mais um fator complicador: a polarização como ingrediente definidor na disputa eleitoral.

A história mostra que a polarização política é um fenômeno recorrente e, atualmente, é uma tendência mundial, segundo o professor Thomas E. Patterson, da Kennedy School of Government, Universidade de Harvard, autor do livro *We the people*. A realidade das eleições primárias americanas é um exemplo claro desse panorama.

No Brasil, a polarização entre os campos políticos que representam a esquerda e a direita pode ter um papel significativo, impactando nas eleições municipais de 2024, que, para muitos, podem ser consideradas um "terceiro turno" das presidenciais de 2022. A tendência é de que os debates políticos girem em torno de temas comumente explorados pelos dois lados, como descriminalização do aborto e demais conteúdos atinentes à chamada pauta de costumes.

A eclosão dessa polarização política excessiva entre dois polos políticos pode afetar a democracia e a participação política, levando a altos índices de abstenção eleitoral e inibindo a atuação de mulheres no pleito. Quando o espaço político se torna polarizado, o resultado pode ser a ocorrência de maior violência política, propagação de discursos de ódio e de fake news.

Vale trazer à memória que, nas eleições de 2022, houve um recorde de violência política contra a mulher — um dos principais fatores que as afastam da política. A violência política contra a mulher é uma realidade que desafia a Justiça Eleitoral, pois muitas dessas candidatas sequer compreendem ainda o que é o fenômeno e como obter uma rápida resposta estatal capaz de minimizar os efeitos dessa violência na sua campanha.

A Lei 14.192/21, que criminaliza a violência política, pela primeira vez será aplicada em eleições municipais, que trazem especificidades regionais e demandas locais. Em meio a esse cenário de polarização, a expectativa é de que as candidaturas femininas enfrentem um ambiente mais tóxico e desafiador, o que, consequentemente, poderá culminar em maior incidência da violência política. Quando a sociedade permanece concentrada em dois lados políticos, os adversários são inimigos, o diálogo é comprometido, a intolerância e a guerra de narrativas predominam.

Nesse contexto, o grande desafio dos partidos em 2024 é criar estratégias para aumentar a participação de mulheres nas eleições diante de um ambiente mais adverso. Algumas ações podem ser adotadas com maior empenho — entre as quais, assegurar recursos financeiros; implementar medidas educativas para combater a desigualdade; a fiscalização veemente por parte da Justiça Eleitoral para garantir a aplicação da Lei 14.192/21; estimular o debate sobre a baixa representatividade feminina nos espaços de poder; e a promoção da conscientização dos eleitores para escolherem seus representantes. Essas estratégias visam não apenas aumentar a presença feminina na política, mas também garantir que as mulheres tenham condições e oportunidades equitativas para participar ativamente do cenário político.

Decerto, a polarização política pode ter implicações negativas na participação das mulheres na política, seja porque corre-se o risco da banalização do sufrágio a uma simples identificação de quem é contra ou a favor de um ou outro ator político, conservador ou progressista; seja porque ambientes hostis e intolerantes poderão culminar no retrocesso em relação ao número de candidaturas femininas face ao desencorajamento, e na abrupta expansão do crime de violência política contra a mulher exclusivamente em razão da sua condição feminina, exigindo do aparato da Justiça Eleitoral uma resposta célere a essas candidatas, antes do término dos 45 dias de duração de uma campanha eleitoral, sob pena de esvaziamento da norma.

Ayahuasca e saúde cognitiva: esclarecendo equívocos

» LUCAS MAIA*

Doutor em saúde mental pela Unicamp e pesquisador pós-doutorado no Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

No Brasil, milhares de pessoas utilizam a ayahuasca regularmente. Portanto, é fundamental que elas tenham acesso a informações com um embasamento científico mais apurado. Então, primeiramente, vamos aos dados essenciais: pelo menos cinco estudos compararam a performance cognitiva de usuários de longa data de ayahuasca com um grupo controle de indivíduos que nunca haviam consumido a bebida. Ao todo, mais de 200 usuários de ayahuasca foram avaliados — muitos deles com um mínimo de 15 anos de uso regular da bebida — por meio de testes de memória, atenção e funções executivas, como planejamento e resolução de problemas.

Os resultados desses estudos demonstraram que não houve comprometimento cognitivo no grupo de usuários de ayahuasca. Pelo contrário, em quatro dos cinco estudos, os indivíduos que faziam uso da bebida apresentaram uma performance melhor em diversos testes realizados e essas diferenças foram mantidas na avaliação feita um ano depois.

Além desses estudos, uma série de outros trabalhos avaliou diferentes aspectos da cognição em usuários de ayahuasca experientes, usuários ocasionais e pessoas sem experiência prévia com a bebida. Um levantamento realizado pela biomédica Joice Cruz Jatobá na Universidade Federal de Uberlândia

identificou 16 estudos publicados entre 2013 e 2021.

Após analisar detalhadamente cada um desses trabalhos, a conclusão da revisão indica efeitos benéficos potenciais da ayahuasca sobre a flexibilidade cognitiva. Esse termo refere-se à habilidade do indivíduo em alternar estratégias cognitivas e comportamentais em resposta às demandas do ambiente, ou, de forma mais informal, “se adaptar” às situações conforme necessário.

Além disso, observou-se um impacto positivo nas capacidades de atenção plena, também conhecidas como mindfulness, como a capacidade de assumir posturas de não julgar e não reagir a pensamentos e emoções. Essas habilidades estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar psicológico e são alvos de mudança em intervenções psicoterapêuticas. Tais benefícios parecem estar relacionados aos efeitos terapêuticos da ayahuasca no tratamento da depressão, do uso problemático de substâncias e de outros transtornos mentais.

Ainda é importante destacar que esses benefícios potenciais da ayahuasca sobre a cognição podem estar relacionados a uma melhor saúde física e psicológica de modo geral entre as pessoas que fazem uso da bebida. Estudos realizados na Espanha e na Holanda, com mais de 700 usuários de longo prazo, constataram que eles tinham

menos doenças crônicas e limitações físicas, índices menores de colesterol e pressão arterial, melhores hábitos alimentares e de atividades físicas e contemplativas. Além disso, 56% dos participantes da Espanha relataram ter reduzido o uso de medicamentos prescritos devido ao uso da ayahuasca. Também é conhecido que muitas pessoas reduziram significativamente ou pararam de fumar ou ingerir bebidas alcoólicas depois que começaram a frequentar cerimônias de ayahuasca.

Por fim, é importante mencionar os estudos realizados em animais de laboratório, que possibilitam investigar possíveis efeitos tóxicos de substâncias sobre o cérebro. Um levantamento recentemente conduzido por pesquisadores de quatro diferentes universidades brasileiras identificou 32 estudos que envolveram a administração de ayahuasca em animais de laboratório, principalmente ratos e camundongos. As conclusões dessas pesquisas indicam que, do ponto de vista toxicológico, a ayahuasca é considerada segura nas doses normalmente utilizadas em rituais. Portanto, respondendo — de forma mais apropriada — à pergunta da paciente: "O chá de ayahuasca pode estar deixando meu cérebro ineficiente?" A resposta é: "Não, não há evidências de que isso seja provável".